

Matéria “III PNDH: um retrato dos conflitos de interesses na sociedade brasileira”

Entrevista com **Rafael Dias**, pesquisador da ONG Justiça Global e doutorando em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

1) Como você tem acompanhado as últimas mobilizações em torno da aprovação do III PNDH?

Como organização de direitos humanos, junto com outras organizações e grupos da sociedade civil que participaram da construção do III PNDH, que saiu como deliberação da XI Conferência de Direitos Humanos, em 2008, vemos que esse processo que houve a partir da publicação do PNDH, em dezembro de 2009, uma reação por parte de setores conservadores, principalmente a mídia, setores do agro-negócio, capitaneados pela CNA, a Igreja, e os militares, que tentaram, e de certa forma conseguiram, neutralizar alguns pontos do PNDH.

Houve uma articulação desses setores para desestabilizar esse programa e enfraquecer a participação popular que o construiu. O plano é fruto de uma ampla participação popular, de grupos que estão discutindo esses temas e, a meu ver, não existia nada no programa que gerasse essa gritaria tão grande, essa reação tão forte, mas esses setores conseguiram neutralizar alguns pontos que eles chamaram de polêmicos, mas que são pontos que defendem o esclarecimento de incidentes violentos que ocorreram na época da ditadura militar, que defendem esses espaços de negociação na situação agrária, que defendem a laicidade do Estado.

2) Que avaliação você faz do III PNDH?

Juntamente com os outros dois planos de direitos humanos, ele melhora no sentido de algumas metas que são apresentadas de formas mais claras, alguns temas mais bem relacionados à questão dos direitos humanos, enfim, o Plano está mais bem apresentado em suas metas, possui maior transversalidade em suas políticas. Isso é um ponto positivo. Agora, não há nada nesse programa que não esteja nos outros.

3) Na sua opinião, ele está devidamente afinado com importantes tratados internacionais de DH, como a Declaração Universal dos DH?

Acredito que ele contemple essas questões desses tratados. É por isso que as organizações ligadas à sociedade civil entendem que ele precisa ser entregue em sua integralidade porque, se esses pontos forem retirados, vai fortalecer o entendimento de que esses grupos conservadores se retiram do jogo democrático, das conferências, e depois vêm por cima, tirando os pontos que incomodam. Isso traz uma mensagem muito ruim para democracia brasileira: invalidar a participação popular. O PNDH é um avanço se ele for concretizado em políticas. Ele aponta algumas coisas que são reflexos até mesmo das novas demandas dos movimentos sociais, dos defensores dos direitos... Ele é bem amplo, como eu disse tem maior transversalidade por diversos ministérios, ele não fica restrito só à Secretaria de Direitos Humanos ou ao ponto de vista do Ministério da Justiça, ele atravessa a Saúde, Educação etc., então, nesse sentido, ele avança, na questão da articulação entre os ministérios.

Entendemos que, neste momento, temos que lutar pela integralidade do programa, sabendo que direitos humanos são indivisíveis, não sendo possível excluir esses pontos.

4) Em sua avaliação, por que ele tem causado tanta controvérsia e gerado tanta reação negativa por parte de alguns setores da sociedade brasileira?

Em parte porque existe um processo eleitoral em curso, e esses atores políticos tentaram destruir, de certa maneira, o que o PNDH tem de mais forte que é investigar os crimes da ditadura. O que a meu ver o relevante é que houve uma articulação desses grupos que estavam dispersos na defesa de interesses particulares e contra a promoção de direitos humanos. É muito interessante o modo como isso foi neutralizado. No ponto de vista da memória histórica, a produção de uma memória histórica que o GTNM muito bem coloca que essa Comissão da Verdade vai estabelecer uma Comissão da Mentira, porque ela já vem toda cortada. Tira o termo repressão política e coloca conflito político, que é um termo totalmente vago, que não caracteriza, não contempla aquele momento histórico, descontextualizando-o e não colocando o Estado como principal violador dos direitos humanos. Então, é com muita preocupação que vemos isso.

É claro que eles querem desarticular a promoção de direitos humanos, querem também criminalizar os defensores, porque isso fragiliza também a proteção dos defensores, as lutas que ocorrem atualmente, e tentam demonstrar a sua força perante o Estado, porque conseguiram pressionar e fazer com que esses pontos fossem retirados. É por isso que existe uma campanha em defesa da integralidade do III PNDH. Tem um site, sobre como as organizações da sociedade civil cobram que o programa seja publicado na sua integralidade, como foi decidido na Conferência. Decreto 7.577, de 13 de maio, assinado pelo presidente Lula, retira do plano esses pontos que, no entendimento da Justiça Global, são fundamentais que sejam contemplados.

5) Qual o significado da Comissão da Verdade e como ela pode contribuir nesse processo de resgate à memória histórica?

O que o Estado quer fazer é colocar uma pedra no assunto. O Brasil está muito atrasado em relação aos países da América Latina. É o único país que passou por um Estado de exceção e até agora não investigou nem abriu os arquivos. Então, esse debate é muito importante, não só para a memória histórica, mas também em caráter de investigação e responsabilização dos atores estatais.

Primeiro, vai ter que haver uma mudança no modo como ela é pensada no III PNDH. Ela já nasce modificada do que era a proposta pelos movimentos sociais. Houve uma nova modificação no III PNDH. Se prevalecer esse tipo de entendimento no conceito político, o perigo é que se reproduza um entendimento que não coloca o estado como principal violador, não responsabiliza os agentes do estado que cometeram tortura. Vai ser parcial essa Comissão no sentido de que ela não vai investigar o que realmente aconteceu no Estado de exceção.

6) Diversos países no mundo têm uma Comissão da Verdade, inclusive países da América Latina que já passaram por contextos políticos de violação de DH. Por que ainda há tanta resistência em se abordar de maneira franca esse tema no Brasil?

Existe uma força contrária à instituição dessa Comissão dentro do próprio Governo brasileiro. De certa forma, o Governo Federal não enfrentou esse debate, com medo de ferir a governabilidade, sendo covarde, apesar de algumas manifestações do ministro da Justiça e do secretário de Direitos Humanos, Tarso Genro e Paulo Vanucchi. Mas, de modo geral, o Estado foi contrário ao debate, até porque os militares como um todo e a mídia tentam atravancá-lo a todo momento. O Governo Federal não quis e não conseguiu botar em discussão e houve reação de alguns setores, e os movimentos sociais não tiveram força para fazer pressão suficiente para reverter essa situação. De certa maneira, a negação da investigação dos fatos facilita que novas estratégias repressivas continuem. Toda essa situação se expressa no presente com o desrespeito sistemático aos direitos humanos, violações, tortura, formas de violência do Estado que ainda permanecem.